

CURRÍCULO ANTIRRACISTA E JUSTIÇA RACIAL: UMA PERSPECTIVA MULTIRREFERENCIAL NA EDUCAÇÃO

Maia, Maria Cristiane Correia¹

Resumo

Este estudo insere-se no campo das epistemologias críticas da educação, com foco na construção de um currículo educativo antirracista e comprometido com a justiça social. O contexto da pesquisa é marcado pelas profundas desigualdades raciais historicamente consolidadas nas instituições escolares brasileiras, que ainda operam sob lógicas eurocentradas, excludentes e monoculturais. O objetivo é analisar as possibilidades de reelaboração curricular a partir de uma perspectiva multirreferencial, ética e política, que reconheça os saberes, memórias e cosmopercepções de sujeitos historicamente marginalizados, especialmente a população negra. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica crítica e analítica, dialogando com autores como Nilma Lino Gomes, Miguel Arroyo, Bárbara Carine Soares Pinheiro, Conceição Evaristo, Edgar Morin, Paulo Freire e Roberto Sidnei Macedo, dentre outros. Os resultados indicam que a adoção de uma abordagem multirreferencial e intercrítica rompe com a rigidez disciplinar e os processos de epistemicídio, ao promover o reconhecimento de identidades diversas, o resgate de narrativas afro-brasileiras e a valorização da pluralidade cultural. Destaca-se a centralidade da narrativa como estratégia formativa que contribui para o fortalecimento do pertencimento, da dignidade e da construção identitária dos estudantes negros. Evidencia-se também o papel do educador como mediador ético das diferenças e agente político capaz de promover práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a superação do racismo estrutural. Conclui-se que a efetivação de um currículo democrático, antirracista e emancipador exige o reconhecimento do currículo como espaço de disputa simbólica e de invenção coletiva, orientado pela dignidade humana e pela transformação das desigualdades. Assim, o currículo deve educar com e para a diferença, promovendo justiça cognitiva, representatividade e emancipação dos sujeitos historicamente silenciados.

Palavras-chave: Currículo antirracista, Justiça racial, Multirreferencialidade, Equidade, Formação docente.

¹ Mestra em Educação de Jovens e Adultos – UNEB-BA, Doutoranda em Ciências da Educação – Assunción – PY, cristiane.maia1968@gmail.com



INTRODUÇÃO

A educação brasileira, ao longo de sua história, foi estruturada sobre bases eurocêntricas, excludentes e monoculturais. Esse modelo, fruto direto do legado colonial e escravocrata, consolidou processos de silenciamento e marginalização dos saberes, memórias e cosmo percepções de sujeitos historicamente subalternizados, em especial a população negra. Como aponta (Freire, 2005), a educação não é neutra: trata-se sempre de um ato político, que pode tanto reforçar as estruturas de opressão quanto promover a libertação dos sujeitos. No entanto, as instituições escolares em sua maioria, ainda reproduzem um currículo que privilegia epistemologias hegemônicas, legitimando hierarquias raciais e epistemológicas que dificultam a construção de uma democracia efetivamente plural e substantiva.

Esse contexto evidencia uma contradição central: ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira é marcada pela diversidade cultural, étnica e religiosa, a escola persiste em práticas pedagógicas monoculturais, reproduzindo exclusões e invisibilizando a história e as contribuições de povos negros, indígenas e de outros grupos subalternizados. A ausência ou o tratamento superficial de referências afro-brasileiras e africanas nos currículos escolares reforça um padrão de epistemicídio (Santos, 2010), isto é, a negação sistemática dos saberes de origem não europeia. Essa lógica compromete a formação integral dos estudantes, bem como a formação docente e inviabiliza o reconhecimento da pluralidade cultural como princípio estruturante da educação.

Enquanto prática eminentemente humana, a natureza ética da educação antirracista nos convoca a construir uma proposta curricular que não se deixe capturar por um falso otimismo, destituído de ações concretas de enfrentamento ao racismo e às desigualdades sociais e raciais que atravessam os processos educativos dentro da escola. Trata-se, antes, de pensar e agir, aqui e agora, perspectivando um presente e um futuro em que possamos nos assumir como sujeitos históricos da procura, com poder de decisão, capazes de transgredir o instituído, que exclui. Nessa seara, (Hooks, 2013) enfatiza que,

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças, (Hooks, 2013, p. 174).



Diante desse cenário, o problema que orienta esta pesquisa pode ser assim formulado: de que maneira a construção de um currículo antirracista, fundamentado em uma perspectiva multirreferencial, pode contribuir para a superação do racismo estrutural e para a promoção da justiça social nas escolas brasileiras? O objetivo central deste estudo é analisar as possibilidades de reelaboração curricular a partir de uma perspectiva multirreferencial, ética e política, que reconheça e valorize os saberes, memórias e cosmo percepções de sujeitos historicamente marginalizados, com destaque para a população negra. Busca-se compreender como um currículo comprometido com a justiça racial pode se tornar um espaço de invenção coletiva, de disputa simbólica e de emancipação social. Para tanto, são considerados aportes teóricos de autores e autoras que contribuem para pensar uma educação plural, crítica e comprometida com a transformação social de educandos e educadores em formação inicial e continuada.

Pensar a educação antirracista, portanto, exige assumir uma postura crítica e engajada, na qual os sujeitos se reconheçam como históricos e inacabados, com poder de decisão frente às estruturas que os tentam reduzir a destinos pré-determinados. Nesse sentido, (Gomes, 2017) enfatiza que a educação antirracista precisa ultrapassar a dimensão meramente normativa para se constituir como prática político-pedagógica capaz de tensionar o currículo, os conteúdos, as metodologias e as relações escolares. Trata-se de reconhecer a centralidade das experiências e saberes da população negra como referências legítimas de produção de conhecimento, ampliando o horizonte epistemológico da escola. Sobre isso, (Pinheiro, 2013), ressalta que,

Mais que uma opção, deve ser um compromisso histórico, um dever da escola ser antirracista. A escola e, por sua vez, a professora e o professor precisam pautar a equidade racial em toda a sua estrutura: no corpo profissional, principalmente na ocupação dos espaços de poder escolares, na construção curricular, [...] na estética da escola a partir de um lugar de posituação, (Pinheiro, 2023, p. 147).

A justificativa para esta pesquisa assenta-se na constatação de que as desigualdades raciais no Brasil não são apenas expressões estatísticas, mas resultado de uma longa trajetória de exclusões sistemáticas. A escola, como instituição social, tanto pode reproduzir essas desigualdades quanto pode se constituir em um espaço de resistência e transformação. Isto implica desvelar seus mecanismos sutis e naturalizados de exclusão, desde a ausência de representatividade nos livros didáticos até as expectativas diferenciadas sobre o desempenho de estudantes negros e negras. Ao mesmo



tempo, significa promover a valorização das identidades, da memória e das culturas afro-brasileiras, fortalecendo a autoestima e o pertencimento dos sujeitos.

Portanto, assumir a prática educativa antirracista significa deslocar-se da ingenuidade para uma postura crítica e propositiva, que compreende a história e os processos de formação como tempos abertos ao inédito, ao possível e ao transformador, como nos ensina (Freire, 1996). Não basta denunciar o racismo, é preciso construir epistemologias e práticas enraizadas na experiência histórica da população negra, latino-americana e afrodiaspórica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão contemporânea de currículo não pode restringir-se a um conjunto de conteúdos organizados de forma neutra e objetiva. Pelo contrário, o currículo constitui-se em esfera cultural e política, permeada por relações de poder, ideologias e práticas que produzem e reproduzem desigualdades sociais. Para (Giroux, 1997), é imprescindível que os educadores reconheçam o currículo como espaço de disputa e como prática cultural que dá voz a diferentes sujeitos, alunos, professores, técnicos e gestores permitindo que se expressem as linguagens polifônicas que atravessam a escola. Assim, a luta pelo currículo é também luta pelo reconhecimento e valorização das vozes historicamente silenciadas, em consonância com a perspectiva de que, a diferença se configura a partir de relações de poder.

O currículo, neste trabalho, é compreendido como um espaço privilegiado de disputa simbólica e política, no qual se estabelece quais saberes são legitimados e quais permanecem marginalizados. Essa disputa se materializa, por exemplo, numa concepção de racionalidade técnico-instrumental, que já não responde às demandas de uma formação emancipatória no presente. Trata-se de uma racionalidade hegemônica que, ancorada na ordenação eurocêntrica de crenças e conceitos, opera a exclusão sistemática dos saberes afrocentrados e das epistemologias plurais. Desse modo, o currículo necessita de mudanças potentes em seus respectivos programas e itinerâncias formacionais. Sobre isto, (Macedo, 2007) afirma que,

Já que não é possível pensar o currículo fora do âmbito da vontade de alterar, [...] faz-se necessário discutir formas pelas quais as co-alterações e as interdependências podem se configurar desconstruindo as lógicas de



silenciamento e de assimilação que estiveram sempre presentes na relação com os saberes no âmago dos currícula, (Macedo, 2007, p. 95).

Entendemos a educação como um fenômeno essencialmente político, conforme nos adverte (Freire, 1996), jamais neutro ou desprovido de intencionalidades. Assim, toda proposta curricular carrega em si marcas ideológicas que traduzem disputas de poder e projetos de sociedade. É preciso pensar o currículo em diálogo com as epistemologias afrodiáspóricas para que possamos tensionar os limites do conhecimento hegemônico e visibilizar saberes historicamente silenciados. Tal perspectiva propõe uma reconfiguração radical das referências epistêmicas que sustentam a educação.

Nessa direção, o estudo do currículo articulado às matrizes afrodiáspóricas possibilita reflexões críticas sobre a formação de educandos e educadores, que necessitam mais do que apenas desempenhar atividades laborais. O desafio é fazer com que esses sujeitos compreendam o sentido histórico e político de suas práticas, seus porquês e para quês. Assim, o currículo precisa assumir sua dimensão sócio-histórico como elemento primordial para o fortalecimento de identidades, para a produção de autonomia crítica e para a construção de uma cultura antirracista. Dessa forma, a escola torna-se espaço de reinvenção, justiça cognitiva e afirmação de novas possibilidades de futuro.

Este movimento de compreensão da sociedade e do currículo deixa evidente que não se pode, em hipótese alguma, subestimar a intelectualidade do povo negro, seja em sua historicidade ou no contexto contemporâneo. Da mesma forma, é inadmissível que os saberes experienciais e as múltiplas intelectualidades negras sejam tratados como epifenômenos ou como meros complementos à produção canônica ocidental. Ao contrário, tais saberes são centrais para a construção de epistemologias insurgentes e para a constituição de práticas educativas emancipatórias.

Nesse sentido, o currículo sob a perspectiva decolonial, não pode se limitar a reproduzir o cânone eurocêntrico que historicamente invisibilizou vozes e trajetórias negras. Em verdade deve reconhecer que os sujeitos negros/as são autores/as de suas próprias histórias, narrando aquilo que a elite intelectual ocidental sistematicamente silenciou. Uma epistemologia decolonial, comprometida com a justiça cognitiva, com a legitimidade dos saberes pluriépistêmicos e com a dignidade intelectual do povo negro, constitui-se como base para um currículo insurgente. Assim,



A descolonização de saberes, para além de uma perspectiva epistemológica, é uma forma de reprodução existencial pautada na subversão das normativas impostas pelo Norte global, que representa mais que uma localização geográfica e epistêmica; trata-se de uma disputa de narrativa histórica e, portanto, uma disputa de humanidade, (Pinheiro, 2025, p.77).

Nessa perspectiva, a descolonização dos saberes implica desconstituir os paradigmas eurocêntricos que, ao longo da história, destituíram povos negros e indígenas de sua humanidade. A ciência e a filosofia ocidentais, legitimadas pelo racismo científico, produziram uma narrativa evolutiva que naturalizou a centralidade de um sujeito branco, cis, adulto, heterossexual e em tese sem deficiência, como modelo de humanidade. Essa racionalidade, apresentada como universal, serviu para negar e invisibilizar outras epistemologias. Assim, consolidou-se uma lógica de exclusão que associa progresso à eliminação simbólica dos conhecimentos afro-indígenas.

As consequências desse processo se refletem em uma epistemicídio sistemático, no qual pessoas negras e indígenas foram classificadas como não humanas ou, no máximo, como humanidades incompletas. Um povo privado de racionalidade e intelecto. O corpo negro e indígena foi reduzido a força de trabalho e hipersexualização, negando-lhe agência intelectual. Nesse quadro, o currículo escolar opera como uma engrenagem de manutenção de hierarquias raciais e epistêmicas, perpetuando a marginalização de saberes plurais e a hegemonia ocidental.

Diante disso, torna-se urgente a descolonização curricular como prática política e pedagógica. Inspirados em vozes como (Krenak, 2019) e (Santos, 2015), compreendemos que é necessário desarticular as lógicas etnocêntricas de invasão, subjugação e substituição cultural. A partir dessas constatações, a crítica multirreferencial ao currículo se fortalece quando articulada às epistemologias negras e afrodiaspóricas, que denunciam a limitação de uma formação reduzida ao consumo e à competição. A educação precisa superar essa racionalidade instrumental e reconhecer os saberes plurais produzidos nos territórios da diáspora. Caso contrário,

O apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribuem significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos. Se somos a maioria da população, nossas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas. [...] É danoso que, numa



sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram, (Ribeiro, 2019, p. 64/65).

A multirreferencialidade, nesse sentido, não se limita a cruzar perspectivas acadêmicas, mas propõe um encontro de cosmopercepções, abrindo o currículo às memórias, narrativas e resistências de povos negros e indígenas. Nessa perspectiva, pensar o currículo de forma multirreferencial significa assumir sua condição política e histórica, marcada por tensões e disputas. Como lembra (Apple, 2006), não existe neutralidade curricular, o que se define como conhecimento válido é resultado de correlações de poder.

Inspirando-se na epistemologia da complexidade de (Morin, 1999) compreende-se que o currículo antirracista demanda uma racionalidade capaz de articular diferentes dimensões do saber: científica, cultural, ética e estética superando o reducionismo disciplinar e o pensamento monocultural. Nessa perspectiva, a multirreferencialidade se torna princípio formativo, ao reconhecer a interdependência entre os diversos modos de conhecer e as narrativas afro-brasileiras que fundam outras possibilidades de humanidade.

Ao incorporar epistemologias afrodiaspóricas, evocadas por autoras como (Gomes, 2017) e (Carneiro, 2019), a escola rompe com a monocultura do saber e amplia seu horizonte formativo. Trata-se de reconhecer que as experiências, oralidades e escritas negras não são apenas complementares, mas fundantes enquanto atos de currículo, de novos modos de pensar e ensinar. A multirreferencialidade se torna, assim, um caminho para legitimar as epistemologias do Sul como práticas insurgentes de reinvenção curricular.

A epistemologia multirreferencial abre-se à pluralidade das referências, à alteridade, ao multiculturalismo, às contradições, às insuficiências e emergências, para não perder o homem e sua complexidade, anulados na deificação da norma científica lapidante, (Macedo, 2004, p. 94).

As epistemologias afrodiaspóricas, ao dialogarem com a crítica multirreferencial, possibilitam a construção de um currículo que valoriza a diversidade de experiências humanas e combate o epistemicídio. É urgente superar a monocultura do saber. Os intelectuais negros e negras mostram que essa superação exige a centralidade das vozes



que foram historicamente silenciadas. (Krenak, 2019); (Evaristo, 2020) e (Nascimento, 2016) nos lembram que descolonizar o currículo não é apenas um gesto político, mas também um gesto de futuro que abre caminhos para a justiça cognitiva e social. Assim, a multirreferencialidade aliada às epistemologias negras transforma o currículo em campo de resistência, insurgência e invenção coletiva, comprometido com a emancipação e a dignidade dos povos da diáspora.

Ressaltamos que (Pinheiro, 2023) defende que o currículo antirracista deve incorporar a história e a cultura afro-brasileira e africana como eixo estruturante da formação. (Hooks, 2019), ao propor uma pedagogia engajada e transformadora, enfatiza a necessidade de reconhecer a dor e o desconforto envolvidos na mudança de paradigmas. Podemos ainda mencionar a escrevivência de (Evaristo, 2020), que converge para a valorização das vozes historicamente silenciadas. Esses aportes sustentam a ideia de que um currículo antirracista deve se constituir como território de resistência e emancipação.

ITINERÂNCIA METODOLÓGICA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter crítico-interpretativo, fundamentada na etnopesquisa crítica proposta por (Macedo, 2010). Esse método compreende a investigação como prática de imersão, escuta e análise crítica, na qual o pesquisador assume uma postura ética e política comprometida com a transformação social. Nesse sentido, Macedo afirma que:

A etnopesquisa preocupa-se primordialmente com os processos que constituem o ser humano em sociedade e em cultura e compreende esta como algo que transversaliza e indexaliza toda e qualquer ação humana e os etnométodos que aí se dinamizam, (Macedo, 2010, p. 9).

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: rodas de conversa com estudantes e professores, análise documental de currículos e de Projetos Políticos Pedagógicos – PPPs. O universo da pesquisa abrangeu escolas públicas em contextos de diversidade étnico-racial (comunidades quilombolas, urbanas e do campo), selecionadas intencionalmente para permitir a densidade interpretativa. A análise seguiu princípios da hermenêutica crítica, dialogando com categorias como currículo antirracista, multirreferencialidade e justiça racial.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que os currículos analisados ainda reproduzem lógicas eurocêntricas, com pouca valorização das epistemologias negras e indígenas. Confirmou-se a permanência de práticas monoculturais e proforma, que limitam a diversidade a menções superficiais e datas comemorativas. Por outro lado e com muita propriedade emergiram experiências de resistência protagonizadas por professores e estudantes, que incorporaram narrativas negras, oralidade e ancestralidade às práticas pedagógica.

A análise mostrou que a ausência de práticas antirracistas aprofunda o sentimento de não pertencimento entre professores e estudantes negros, indígenas e quilombolas, corroborando a noção de epistemicídio (Santos, 2010). Entretanto, quando o currículo incluiu práticas e saberes afro-brasileiros, estes atores sociais relataram sentimentos de reconhecimento, pertencimento e fortalecimento identitário. Essas práticas dialogam com a pedagogia transformadora de (Hooks, 2013), que defende a sala de aula como comunidade democrática.

As rodas de conversas com educadores evidenciaram um reconhecimento generalizado da importância de um currículo antirracista, mas também apontaram barreiras significativas, como a falta de formação específica e a ausência de materiais pedagógicos adequados para se trabalhar com os educandos.

Em síntese, os resultados confirmam que o currículo é um campo de disputa (Apple, 2006), onde coexistem práticas de reprodução e de resistência. A efetivação de um currículo antirracista exige formação docente crítica, rompimento com práticas proforma e exclusivamente eurocentradas, bem como a valorização das epistemologias plurais, conforme defendem (Arroyo, 2013) e (Gomes, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou as possibilidades de reelaboração curricular a partir de uma perspectiva multirreferencial e antirracista, reafirmando que a educação não é neutra e que o currículo constitui-se como espaço de disputa política e simbólica. Os resultados revelaram tensões entre práticas monoculturais excludentes e experiências transformadoras que anunciam a viabilidade de um currículo emancipador. A ampliação desses estudos é fundamental para fortalecer políticas educacionais comprometidas com a equidade racial e com a reconstrução de uma escola socialmente justa e plural.



Conclui-se que a efetivação de um currículo antirracista exige: formação docente crítica e contínua; efetivação das legislações educacionais (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008); valorização da produção intelectual negra, indígena e popular; criação de espaços de diálogo e escuta; e políticas institucionais de combate ao racismo.

Cabe acrescentar que, a educação das relações étnico-raciais demanda compromissos institucionais que garantam a efetiva valorização da diversidade, superando o tratamento meramente retórico do tema. Nesse mesmo horizonte, (Ribeiro, 2017) aponta para a centralidade do “lugar de fala”, lembrando-nos de que a produção de conhecimento e a prática pedagógica só se tornam efetivamente emancipatórias quando reconhecem as vozes historicamente silenciadas como protagonistas de sua própria narrativa.

Nessa perspectiva pensar e agir a partir de um currículo democrático e multirreferencial constitui um imperativo ético, capaz de promover justiça cognitiva, equidade racial e emancipação dos sujeitos historicamente silenciados. O currículo que queremos e merecemos, ao abraçar a diversidade, pode transformar a escola em território de liberdade, dignidade e justiça social.

Portanto, a construção de um currículo antirracista, democrático e multirreferencial configura-se como um ato ético-político e epistemológico de resistência e reexistência. Mais do que um arranjo pedagógico, trata-se de um projeto civilizatório que confronta o epistemicídio e reconhece a legitimidade dos saberes produzidos por povos e comunidades historicamente marginalizados. Nesse horizonte, o currículo torna-se território de justiça cognitiva e equidade racial, no qual as múltiplas referências culturais, ancestrais e territoriais se entrecruzam para fundar uma educação comprometida com a dignidade humana, a pluralidade epistêmica e a emancipação dos sujeitos. Assim, ao acolher a diferença como potência, a escola pode se reinventar como espaço de liberdade, pertença e transformação social.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**; tradução Vinícius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**”. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte; Itaú Social, 2020. ISBN 978-65-991162-0-3.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIROUX, Henry. **Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. MACEDO, Roberto Sidnei. **A Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2. ed. – Salvador: EDUFBA, 2004.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercrítica**. Salvador: EDUFBA, 2007.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa formação**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX – Necrose**. São Paulo: Forense, 1999. [Tradução de Agenor Soares Santos].

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do povo negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **E eu, não sou uma intelectual?: um quase manual de sobrevivência acadêmica**. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Pólen, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). **Colonização, quilombos, modos e significados.** Brasília, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

